

#### Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

**FLASH** 

7653

Presidente da Mesa Diretora: Valcir Soares da Silva

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Cria e Institui Conselhos, Programas, Planos, Salas, Comissões, etc

Autoria: Executivo Municipal

**Data:** 04/10/2011

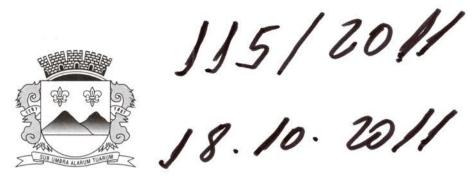
**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 160/2011. (ALTERADA). Cria o Conselho Municipal de Resíduos Sólidos – CMRS, e dá outras providências. (Referente à Lei nº 4.416, de 27/10/2011, que foi posteriormente alterada pela Lei nº 4.648, de 03/10/2013).

Controle Interno – Caixa: 7.1 Posição: 38 Número de folhas: 16

Espécie: PL Categoria: Cria Cx: 7.1 Ordem: 38 nº pls: 13

AUTOR:

**ASSUNTO:** 



# Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 160/2011.

**Executivo Municipal** 

Cria o Conselho Municipal de Resíduos Sólidos - CMRS, e dá Outras						
Providências.						
	*					
Entrada em 0 Comissão Leg	04/10/2011 MOVIMENTO gislação e Justiça					
1- A NO UN	to Em. 1º Em. 11. 10. 2011. NO Em. KEGIME DE UMGA					
2- Aprova	NO EM. KEGIME DE UMGAS					
3-GAEM	2. 18. 10. 2011, SAL UD					
	Mr.					
5						
6						
7						



Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 - Montes Claros - MG - CEP 39.401-2



PROJETO DE LEI Nº. 160
DE 28 DE SETEMBRO DE 2011.

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS – CMRS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo do Município de Montes Claros – MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado, no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, o Conselho Municipal de Resíduos Sólidos - CMRS.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Resíduos Sólidos - CMRS é órgão colegiado, de assessoramento consultivo ao Poder Público Municipal e deliberativo no âmbito de sua competência, sobre as questões dispostas nesta e nas demais leis correlatas à questão do Meio Ambiente no que toca o gerenciamento de resíduos sólidos.

- Art. 2º. Ao Conselho Municipal de Resíduos Sólidos CMRS, compete:
- I propor diretrizes para a Política Municipal de Meio Ambiente de Resíduos Sólidos;
- II propor normas técnicas e legais, visando a proteção, conservação, recuperação e melhoria da gestão de resíduos sólidos no Município, observada a legislação federal, estadual e municipal pertinente;
- III exercer ação fiscalizadora quanto a destinação e gestão dos resíduos sólidos;
- IV obter e repassar informações e subsídios técnicos relativos do gerenciamento dos resíduos sólidos, aos órgãos públicos, entidades públicas e privadas e à comunidade em geral;
- V atuar no sentido da conscientização pública para o desenvolvimento ambiental, promovendo a educação ambiental formal e informal, com ênfase nos problemas de destinação e gerenciamento dos resíduos sólidos;



Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-2

- VI subsidiar o Ministério Público no âmbito Municipal, nos procedimentos que dizem respeito a destinação e gerenciamento dos resíduos sólidos;
- VII solicitar aos órgãos competentes o suporte técnico complementar as ações executivas do Município na destinação e gerenciamento dos resíduos sólidos;
- VIII propor a celebração de convênios, contratos e acordos com entidades públicas ou privadas de pesquisas e de atividades ligadas ao desenvolvimento do gerenciamento dos resíduos sólidos;
- IX opinar previamente sobre planos e programas anuais e plurianuais de trabalho da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no que diz respeito a sua competência;
- X identificar e informar à comunidade e aos órgãos públicos competentes, Federal, Estadual e Municipal, sobre a existência de áreas degradadas ou ameaçadas de Degradação em virtude da destinação inadequada de resíduos sólidos;
- XI- opinar sobre a realização de estudo alternativo quanto as consequências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando das entidades envolvidas as informações necessárias ao exame da matéria, visando a compatibilização do desenvolvimento econômico e social e gerenciamento adequado dos resíduos sólidos;
- XII- receber denúncias feitas pela população, diligenciando no sentido de sua apuração junto aos órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis e requisitando ao Prefeito Municipal as providências cabíveis, no que diz respeito a destinação e gerenciamento dos resíduos sólidos;
- XIII realizar e coordenar as Audiências Públicas, quando for o caso, visando a participação da comunidade nos processos de instalação de atividades potencialmente poluidoras (resíduos sólidos);
- XIV responder a consultas e questões sobre a matéria de sua competência, selecionando e cadastrando as informações envolvidas;
- XV Examinar e deliberar em última instância, sobre os recursos impetrados por agentes poluidores penalizados no âmbito Municipal por infrações as leis ambientais relacionadas ao gerenciamento dos resíduos sólidos;
- Art. 3°. O suporte financeiro, técnico e administrativo indispensável a instalação e ao funcionamento do CMRS, será prestado diretamente pela Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.



Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 - Montes Claros - MG - CEP 39.401-2

- Art. 4°. O Conselho Municipal de Resíduos Sólidos terá composição paritária entre o Poder Público e a Sociedade Civil organizada, assegurada a participação dos setores produtivos, técnico-científico e de defesa do meio ambiente, compõe-se de 19 membros-titulares e de seus respectivos suplentes, indicados pelos órgãos e entidades:
  - I Poder Público:
  - a) 02 (dois) representantes Secretaria de Meio Ambiente
  - b) 01 (um) representante Secretaria de Agropecuária e Abastecimento
  - c) 01 (um) representante Secretaria de Saúde
  - d) 01 (um) representante Secretaria de Educação
  - e) 01 (um) representante Secretaria de Serviços Urbanos
  - f) 01 (um) representante ESURB
- g) 01 (um) representante UFMG Universidade Federal de Minas Gerais
  - h) 01 (um) representante OAB/MG
  - I) 01 (um) representante CREA/MG
  - II Sociedade Civil:
  - a) 01 (um) representante Petrobrás
  - b) 01 (um) representante FIEMG
  - c) 01 (um) representante SEST/SENAT
  - d) 01 (um) representante Empresa Brasileira de Correios e Telegráfos
  - e) 01 (um) representante Faculdade Santo Agostinho
  - f) 01 (um) representante LAFARGE
  - g) 01 (um) representante ONG CARITAS
  - h) 01 (um) representante ONG IVA





Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 - Montes Claros - MG - CEP 39.401-2

- I) 01 (um) representante ONG ASCAMOC
- §1°. Os membros do Conselho Municipal de Resíduos Sólidos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal.
- §2°. A composição do Conselho será feita a partir da comunicação aos segmentos previstos, que deverão fazer as indicações, para um membro titular e um membro suplente, dentro dos prazos estabelecidos.
- §3°. As instituições não governamentais deverão apresentar documentos atestando a sua regularidade administrativa.
- §4°. A diretoria do Conselho Municipal de Resíduos Sólidos será eleita na primeira reunião do órgão, por maioria de votos dos seu integrantes, sendo constituída de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, para um mandato de 02 (dois) anos, renovável por igual período.
- Art.5°. A função dos membros do Conselho Municipal de Resíduos Sólidos é considerada serviço de relevante valor social, sendo assim, sem remuneração.
- Art.6°. As sessões do Conselho Municipal de Resíduos Sólidos serão públicas e os atos deverão ser divulgados.
- Parágrafo único. O Conselho Municipal de Resíduos Sólidos terá reuniões ordinárias trimestrais e extraordinárias quando convocadas pelo seu Presidente.
- Art. 7°. O mandato dos membros do CMRS é de dois anos, permitida uma recondução por igual período.
- Art. 8°. O não comparecimento a 03 (três) reuniões consecutivas, implica em exclusão do membro ausente do Conselho Municipal de Resíduos Sólidos.
- **Art. 9º.** O Conselho Municipal de Resíduos Sólidos poderá instituir, se necessário, Câmaras Técnicas em diversas áreas de interesse e ainda recorrer a técnicos e entidades de notória especialização nos assuntos de interesse ambiental.
- Art. 10. A instalação do Conselho Municipal de Resíduos Sólidos e a composição dos seus membros ocorrerão no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da publicação dessa Lei.
- Art. 11. No prazo máximo de 90 (noventa) dias após sua instalação, o Conselho Municipal de Resíduos Sólidos elaborará o seu Regimento Interno,



Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 - Montes Claros - MG - CEP 39.401-2

que deverá ser aprovado por ato do Prefeito Municipal.

- Art. 12. O Conselho Municipal de Resíduos Sólidos terá sede e foro na cidade de Montes Claros e área de atuação em todo o território do Município, adquirido de qualquer forma, constitui parte do patrimônio público da Administração Pública Municipal.
- Art. 13. As despesas com a execução da presente lei correrão pelas verbas próprias consignadas no orçamento em vigor.
- Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Montes Claros, 28 de setembro de 2011.

Luiz Tadeu Leite Prefeito Municipal CAMMA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A COMISSÃO DE LEGIS CACAS.

EMOYO E OU TUBER DE 20//

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM SO DISCUSSÃO POR
EM DE OUTOBRO DE 20 11
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

APROVADO EM SI USSÃO POR

REGIME DE URGEN GI

EM/YDE OUTURA DE 20//



Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 - Montes Claros - MG - CEP 39.401-2

Montes Claros (MG), 05 de setembro de 2011.

Exmo. Sr. Vereador Valcir Soares Silva DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Oficio nº GP- 383 /2011

Assunto: encaminhamento de projeto de lei.

Senhor Presidente.

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douta Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que "CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS - CMRS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.."

A necessidade de se voltar para as questões de meio ambiente se torna cada vez mais urgente, com a adoção de medidas de combate às lesões ao patrimônio ambiental. Neste sentido, o Conselho de Resíduos Sólidos funcionaria como órgão da administração municipal responsável pela definição do gerenciamento de resíduos sólidos no município, dando maios legitimidade às decisões e atos da administração pública.

Por outro lado, a recente Lei nº 12.305/10, que estabelece as diretrizes da política nacional de resíduos sólidos prevê a criação dos conselhos municipais de resíduos sólidos, sendo este fator relevante para o repasse de recursos federais na implementação de projetos e obras relativas ao gerenciamento dos resíduos sólidos.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Luiz Tadeu Leite Prefeito Municipal

PROTOCOLO

EXP XRECEB.

30:09:2011

HORA: 15#1



#### ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 160/2011 QUE " Cria o Conselho Municipal de Resíduos Sólidos - CMRS, e dá outras providências.", de autoria do Poder Executivo.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Técnica Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto sob comento Cria o Conselho Municipal de Resíduos Sólidos CMRS.

Não se vislumbra nenhum vício de iniciativa ou no objetivo do projeto, tendo em vista tratar de assunto de interesse local.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é legal e constitucional e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 05 de outubro de 2011.

Luciano Barbosa Braga Assessor Legislativo OAB/MG 78.605



### Câmara Municipal de Montes Claros - MG

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 160/2011

**AUTOR: Executivo Municipal** 

MATÉRIA: Cria o Conselho Municipal de Resíduos Sólidos - CRMS, e dá Outras

Providências.

#### I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 04/10/2011, com entrada na Sala das Comissões no dia 06/10/2011.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

Ressalte-se que projeto semelhante deu entrada nesta Casa no dia 06/09/2011 e foi retirado de tramitação para aperfeiçoamento.

#### II - FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto tem como objetivo criar o Conselho Municipal de Resíduos Sólidos – CRMS no Município de Montes Claros.

Verifica-se que a referida proposição trata de assuntos locais e de acordo com o art. 86 da Lei Orgânica Municipal é competência do Chefe do Executivo propor leis que criam Conselhos Municipais, meios de funcionamento atribuições, organização, composição, funcionamento, forma de nomeação de titulares e suplentes e prazo do respectivo mandato.

Ademais, de acordo com a Mensagem do Executivo, o Conselho de Resíduos Sólidos funcionará como órgão deliberativo da administração municipal responsável pela definição do gerenciamento de resíduos sólidos no município, dando maior legitimidade às decisões e atos da administração pública.

Informa ainda que a Lei nº. 12.305/10, que estabelece as diretrizes da política nacional de resíduos sólidos prevê a criação dos conselhos municipais de resíduos sólidos, sendo este fator relevante para o repasse de recursos federais na implementação de projetos e obras relativas ao gerenciamento dos resíduos sólidos.

Lams

### Câmara Municipal de Montes Claros - MG

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Importante ressaltar que as Comissões de Serviços Públicos Municipais e Meio ambiente desta Casa realizaram, conjuntamente, audiência pública para discutir a importância de se criar um Conselho representativo para tratar desse assunto, uma vez, que está, também, em trâmite, Projeto de Lei que autoriza concessão para a utilização e reaproveitamento desse resíduos.

Desta forma, esta Comissão verifica que a proposição, em questão, não incide em vício de iniciativa e nem contraria normas legais e constitucionais.

#### III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica de redação.

Sala das Comissões, de outubro de 2011.

Presidente: Ver. Antônio Silveira de Sá

Vice-Presidente – Ver. Athos Mameluque Mota:

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus



Control Boll of



EMENDA AO PROJETO DE LEI N 160/2011 QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS -CMRS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EMENDA ÚNICA - Altera a redação do artigo 4º e incisos I e II que passam a vigorar cm a seguinte redação.

Art. 4º O Conselho Municipal de Resíduos Sólidos terá composição paritária entre o Poder Público e a Sociedade Civil organizada, assegurada a participação dos setores produtivos, técnico-científico e de defesa do meio ambiente, compõe-se de 35 (trinta e cinco) membros titulares e de seus respectivos suplentes indicados pelos órgãos e entidades:



#### I – Poder Público:

- a) 02 (dois) representantes-Secretaria de Meio Ambiente
- b) 01 (um) representante Secretaria de Agropecuária e Abastecimento
- c) 01 (um) representante Secretaria de Saúde
- d) 01 (um) representante Secretaria de Educação
- e) 01 (um) representante Secretaria de Serviços Urbanos
- f) 01 (um) representante ESURB
- g) 01 (um) representante UFMG Universidade Federal de Minas Gerais
- h) 01 (um) representante OAB/MG
- i) 01 (um) representante CREA/MG
- j) 01 (um) representante UNIMONTES Universidade Estadual de Montes Claros
- k) 01 (um) representante Secretaria de Planejamento e Coordenação
- 1) 01 (um) representante Secretaria de Obras
- m) 01 (um) representante Secretaria Desenvolvimento Social
- n) 02 (dois) representantes Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal
- o) 02 (dois) representantes Comissão de Serviços Públicos Municipais

#### II - Sociedade Civil:

- a) 01 (um) representante Petrobrás
- b) 01 (um) representante FIEMG
- c) 01 (um) representante SEST/SENAT
- d) 01 (um) representante Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
- e) 01 (um) representante Faculdade Santo Agostinho
- f) 01 (um) representante LAFARGE
- g) 01 (um) representante ONG CARITAS
- h) 01 (um) representante ONG IVA

MA



Av. Dr. João Luiz de Almeida, 40 - Tel. (38) 3690-5400 - CEP 39400-466 - Montes Claros - Minas Gerais

To her



- i) 01 (um) representante ONG ASCAMOC
- j) 01 (um) representante Faculdades Pitágoras
- k) 01 (um) representante Comissão da Pastoral da Terra
- 1) 01 (um) representante CORDAM
- m) 01 (um) representante DCE das Instituições de Ensino Superior de Montes Claros
- n) 01 (um) representante Faculdades Unidas do Norte de Minas
- o) 01 (um) representante Carroceiros
- p) 01 (um) representante ONG OVIVE-VIDA VERDE
- q) 01 (um) representante SERQUIP Tratamento de Resíduos MG LTDA.

Sala de Sessões da Câmara Municipal/de Montes Claros, 11 de Setembro de 2011.

VALCIR SOMRÉS SILVA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ATHOS MAMELUQUE MOTA

VEREADOR

SEBASTIÃO ILDEU MAIA

XEREADOR

RITA CRISTINA DE SOUZA VIEIRA

VEREADORA

ALFREDO RAMOS NETO

VEREADOR

ALTEMAR DE FREITAS CARDOSO

**VEREADOR** 



ANTONIO SILVEIRA DE SÁ VEREADOR

Steels)

CLÁUDIO RODRIGUES DE JESUS VEREADOR

DAMÁZIO WLADIMIR SILVA VEREADOR

EDWAN CARLOS DE QUADROS LOPES VEREADOR

ELAIR AUGUSTO PIMENTEL GOMES VEREADOR

FRANK WANDERLEY DE LIMA VEREADOR

JOÃO DE DEUS PERETRA GUSMÃO

VEREADOR

JOSÉ MARCOS MARTINS DE FREITAS VEREADOR

RAIMUNDO PEREIRA DA SILVA VEREADOR

						CLAROS A CAR
E M	110	00	570	En	DE	20/9
	-		PR	A	TE	
1	£ mo	uda	_	14 90	,	CONS

A Emenda e lugal e constitucional.
Monter Glans, 18 de octubro de 2011.

Lauro.

CÂMARA MUNICIPAL DE LA LES CLAROS

APROVADO EM ESAO POR

REGIME DE URGEN 911

EM 18 DE OUTUBRO DE 20 11



#### ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 160/2011 QUE "Cria o Conselho Municipal de Resíduos Sólidos - CMRS, e dá outras providências.", de autoria de vários Vereadores.

Emenda enviada à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

A emenda em comento, altera a redação do Art. 4º do projeto em comento, aumentando o número de conselheiros previsto no projeto.

Não se vislumbra qualquer ilegalidade ou vício de iniciativa na referida emenda, razão pela qual somos de parecer que a emenda é legal, constitucional e atende a forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 13 de outubro de 2011.

Luciano Barbosa Braga Assessor Legislativo OAB/MG 78605